



EDUCAÇÃO AMBIENTAL, COLONIALIDADE E LIVROS DIDÁTICOS: ANÁLISE DE LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Gilmar José Schons

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
gilmar.schons@estudante.uffs.edu.br

Fernanda Schons

Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista da CAPES
fernanda.schons@estudante.uffs.edu.br

Guilherme José Schons

Mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista da CAPES
guilherme.schons@estudante.uffs.edu.br

1. Introdução

O trabalho, decorrente da disciplina *Seminário Avançado em Educação e Direitos Humanos: perspectivas decoloniais*, no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim, entende que relações entre o ser humano e o meio ambiente têm sido marcadas por complexos aspectos de ordem cultural, social, política, ética e econômica. Tais interações estão associadas à colonialidade do poder, a qual envolve o controle da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais (Mignolo, 2003). Logo, compreende-se que as transformações ocasionadas pelos sujeitos nos espaços ambientais, são atravessadas pela diferença colonial, isto é, o “local ao mesmo tempo físico e imaginário onde atua a colonialidade do poder, no confronto de duas espécies de histórias locais visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta” (Mignolo, 2003, p. 10).

Desse modo, a degradação ambiental e, conseqüentemente, as mudanças climáticas refletem as agressões e violências do sistema de produção capitalista que coloca o lucro acima da preservação ambiental. Face a esse panorama, emergem as Epistemologias do Sul, como uma proposta gnosiológica, que se contrapõe à colonialidade, a qual é entendida como um fenômeno histórico e cultural com origem no colonialismo, mas que o ultrapassa, mantendo-se e cristalizando-se após a experiência colonial como um passado que não passa, constituindo reminiscências (Benjamin, 1985).



Por esse prisma, reverbera-se a necessidade de educar ambientalmente os indivíduos a partir de uma perspectiva outra no que se refere ao entendimento das relações do ser humano com os ecossistemas e os recursos por eles disponibilizados. Trata-se, nesse caso, de uma concepção de que a terra e a natureza não são produtos, mas identidades, organismos, sistemas fundamentais para o ordenamento da vida (Dussel, 2012). Nesse sentido, as políticas públicas educacionais refletem os modos de compreender e de conduzir a Educação Ambiental por meio das quais são pautadas a condição ética e a caracterização legal dos indivíduos no que diz respeito às suas relações de interação, aproveitamento e exploração do meio ambiente. Além disso, a Educação Ambiental, no Brasil, é um campo o qual tem estado em disputa, sendo apropriado pelo neoliberalismo, sistema por meio do qual se instituem relações marcadas pela competitividade generalizada, ordenando as ações sociais de acordo com o modelo do mercado (Dardot; Laval, 2016), perspectiva essa que se estende ao modo como os sujeitos veem e como se relacionam com a natureza – visando ao lucro.

Com isso, é preciso considerar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2018, e o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) no rol de tais políticas públicas. Afinal, a Educação Ambiental é apontada na BNCC como um dos “temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora” (Brasil, 2018, p. 19) e o PNLD, por meio do Decreto 9.099, de 18 de julho de 2017, que dispõe sobre o Programa, determina que um de seus objetivos é “[...] apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular” (Brasil, 2017), de forma que percebe-se que, mesmo previamente à sua homologação, a BNCC já era anunciada no PNLD.

Sob essa perspectiva, emerge a necessidade de averiguar de que forma as pesquisas desenvolvidas na pós-graduação *stricto sensu* no Brasil têm articulado Educação Ambiental e livro didático. Assim, o problema o qual corresponde à diretriz desta investigação é: *O que dizem as pesquisas da pós-graduação stricto sensu no Brasil sobre Educação Ambiental nos livros didáticos?* Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) a fim de identificar e analisar como tais reverberações que abrangem as dimensões sociais, econômicas, políticas, éticas e humanas repercutem nas pesquisas desenvolvidas no



âmbito da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Em seguida, os dados obtidos foram planejados e o *corpus* de análise foi cotejado à luz do referencial teórico das Epistemologias do Sul, ao qual nos afiliamos para fundamentar este trabalho.

2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, descritiva e bibliográfica no que diz respeito aos procedimentos metodológicos seguidos (Gil, 2002). A fim de analisar as pesquisas da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil sobre a Educação Ambiental nos livros didáticos com base nas Epistemologias do Sul, realizou-se, em 27 de fevereiro de 2025, o mapeamento das teses e dissertações em programas de pós-graduação brasileiros catalogadas na BDTD entre 2018 e 2025.

Optou-se por proceder à busca na modalidade avançada, restrita ao idioma português e defesas realizadas entre os seguintes marcos temporais: 2018, por considerar a homologação da BNCC como um fato histórico determinante para a compreensão dos sentidos os quais se atribuem à Educação Ambiental nessa política pública a qual se efetiva no PNLD, sendo veiculada nos livros didáticos; e 2025, embora ainda em andamento, com intuito de incluir o maior número possível de pesquisas.

Mediante tal configuração, foram adotados dois descritores, quais sejam: “Educação Ambiental/Livro Didático” aplicáveis ao título e mantendo o termo composto entre aspas como forma de indicar ao mecanismo de busca da plataforma que os resultados desejáveis são aqueles em que as palavras unidas pelas aspas aparecem juntas e nessa ordem. O *corpus* de documentos possibilitou o refinamento da busca em relação ao eixo temático e viabilizou a identificação de 08 (oito) trabalhos.

3. Resultados e discussão

Diante dos oito trabalhos averiguados, podemos verificar que, na sua maioria, nos trazem uma abordagem em relação à Educação Ambiental, a qual, em nossa análise, aponta a necessidade de aprimoramentos nos conteúdos dos livros didáticos, uma vez que os manuais escolares deixam a importância da sustentabilidade, da preservação ambiental e das mudanças climáticas em uma dimensão parcial e insuficiente. Tal quadro se torna grave, considerando a contingência, na percepção até mesmo da autora de uma das



dissertações mapeadas, de que seria preciso que tais manuais abordassem “a temática ambiental, proporcionando o trabalho com a Educação Ambiental de modo a sensibilizar os estudantes para as questões ambientais e para a cidadania” (Lima, 2018, p. 8).

Diante desse diagnóstico, entendemos que a Educação Ambiental pode se beneficiar com o pensamento decolonial forjado nas críticas de Quijano (2005) à colonialidade de poder, saber e ser, assim como mediante os alertas de Mignolo (2003) a respeito do controle da natureza pelo colonialismo. Afinal, o processo de colonização fez emergir o pensamento dominante capitalista e eurocêntrico que se beneficiou dos recursos naturais, onde a “colonialidade da natureza”, citada por Catherine Walsh (2007), se manifesta na forma como é vista e utilizada – sendo um objeto a ser explorado e dominado, o que provocou a destruição de ecossistemas com a degradação ambiental.

4. Considerações finais

Diante do exposto, podemos afirmar que as pesquisas grifam a importância da sustentabilidade e da preservação ambiental em face da urgência das mudanças climáticas a partir de uma perspectiva parcial e insuficiente em relação às articulações entre a Educação Ambiental e o livro didático, de modo majoritariamente tangencial e acrítico na medida em que desconsideram as especificidades do livro didático, isto é, que ele é um objeto cultural, editorial, mercadológico e pedagógico. Além disso, tais trabalhos, em sua maioria, negligenciam a imprescindibilidade de crítica a noções como a de desenvolvimento econômico capitalista – já tensionadas pelos teóricos pós-coloniais e decoloniais, tendo em vista a instrumentalização de tal conceito para reificar a “colonialidade da natureza” (Walsh, 2007) ao invés de subsidiar o bem comum e a preservação com ações para um modo de vida que não devaste o meio em que vivemos.

Portanto, todas essas questões ambientais deveriam ser conteúdos abordados de outra forma tanto nos manuais escolares como também nas próprias investigações a respeito deles – de maneira que a pesquisa científica pode ser uma ferramenta com maior potencial de conscientizar a respeito da necessidade de problematizar a influência dos agentes neoliberais nas formas como a Educação Ambiental está sendo representada nos livros didáticos que seguem os pressupostos da BNCC. Por fim, as discussões em torno da Educação Ambiental, no que se refere à maioria dos trabalhos mapeados, não



abrangem problematizações que permitam relacionar as reminiscências (Benjamin, 1985) do colonialismo e da colonialidade à degradação do meio ambiente. Assim, emerge a necessidade da realização de pesquisas que olhem para tal temática à luz das lentes críticas, sensíveis e decoloniais das Epistemologias do Sul.

Referências

BENJAMIN, Walter. As Teses sobre o Conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, p. 222-232, 1985.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.
BRASIL. Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília-DF, ano 154, n. 137, p. 7-8, 19 jul. 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUSSEL, Enrique. Para um diálogo inter-filosófico, Sul-Sul. **Revista Filosofazer**, n. 41, p. 11–30, 2012. Disponível em:
https://enriquedussel.com/txt/Textos_Articulos/444.2013_port.pdf. Acesso em: 11 abr. 2025.

GIL, Antônio Carlos. Como Classificar as Pesquisas? In: GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em:
https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

LIMA, Elisângela Martins de. **Educação ambiental no ensino de Língua Portuguesa**: abordagem da temática ambiental em livros didáticos de português dos anos finais do ensino fundamental. 2018. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em:
<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33454>. Acesso em: 27 fev. 2025.

MIGNOLO, Walter. **Historias locales/disenos globales**: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal, 2003.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgard. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-278.

WALSH, Catherine. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. **Nómadas**, Bogotá, n. 26, p. 102-113, 2007.



Disponível em: <https://nomadas.ucentral.edu.co/index.php/inicio/23-teorias-decoloniales-en-america-latina-nomadas-26/299-son-posibles-unas-ciencias-sociales-culturales-otras-reflexiones-en-torno-a-las-epistemologias-decoloniales>. Acesso em: 10 abr. 2025.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelas bolsas de Mestrado.